



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBOVespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.621	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,04% São Paulo	204.302 206.887 7/10 8/10 9/10 13/10	R\$ 5,020 (+ 0,71%)	Últimos 5/outubro 5.000 6/outubro 4.975 7/outubro 5.011 8/outubro 5.024 9/outubro 4.985		R\$ 5,622	13,65%	13,59% Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 Agosto/2026 -0,32 Setembro/2026 0,82

REFORMA TRIBUTÁRIA NA PRÁTICA

Atenção com o novo modelo de impostos

Especialistas comentam as possibilidades a micro e pequenas empresas na transição para mudanças na arrecadação

» FERNANDA STRICKLAND

Responsáveis por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, as micro e pequenas empresas representaram um mercado de R\$ 3,8 trihões no ano passado. Esse setor estratégico enfrenta, no entanto, o desafio de repetir esses números robustos em um contexto desafiador: a transição para o novo sistema tributário.

Esse foi um dos principais temas debatidos ontem *CB Fórum — Reforma Tributária na Prática: simule antes de decidir*. O evento, promovido pelo **Correio Braziliense**, teve a realização do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Na abertura do evento, o gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Augusto Togni, detalhou a importância das micro e pequenas empresas na economia brasileira. O executivo ressaltou que ampliar o acesso desses empreendedores às oportunidades de mercado, especialmente no setor público, ajudará no desenvolvimento econômico do país.

Togni destacou a contribuição do segmento para a geração de emprego e renda. Mencionou, ainda, as perspectivas econômicas para 2026, com projeção de crescimento do PIB em torno de 2%, e que o desemprego segue nos menores patamares da história, de 5,3%, no segundo trimestre deste ano.

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae reconheceu, no entanto, que a transição para a reforma tributária representa um desafio relevante para o sucesso das micro e pequenas empresas. Ele sublinhou a necessidade de preparar os pequenos negócios para as mudanças trazidas pelo novo modelo de arrecadação. Segundo ele, o volume de desinformação sobre o tema é elevado, o que reforça a importância de ampliar o acesso dos empreendedores a informações confiáveis sobre os impactos do novo sistema de impostos.

O Sebrae tem atuado em parceria com a Receita Federal, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenaccon) para disseminar informações sobre a reforma e orientar os empresários.

“O Sebrae está pronto para atender aos pequenos negócios. Não deixem de procurar para que vocês tenham condições de ter uma orientação mais fidedigna com o contexto do impacto dos tributos no seu negócio”, afirmou. A instituição criou, por exemplo, uma ferramenta para auxiliar a simular como a reforma tributária afeta o pequeno negócio, indicando, por exemplo, qual alternativa pode representar a menor carga tributária.

Compras de governo

Ao comentar o cenário econômico, o executivo destacou que

Carlos Vieira CB/DA Press



uma das oportunidades para as micro e pequenas empresas são as compras governamentais, que movimentam cerca de R\$ 1,5 trilhão por ano, porque permitem aos empreendedores fornecerem produtos e serviços aos governos federal, estaduais e municipais. O executivo também defendeu a adoção de políticas públicas que ofereçam condições para que essas empresas se desenvolvessem, ampliem a competitividade e tenham acesso a novas oportunidades comerciais.

Nesse sentido, ele citou uma iniciativa voltada aos

microempreendedores individuais (MEIs), com o objetivo de facilitar a participação desse público nas compras públicas. A expectativa, segundo ele, é movimentar quase R\$ 100 milhões em compras diretas de MEIs, que prestam serviços em 287 atividades econômicas, para prefeituras e outros órgãos públicos.

A agricultura familiar também foi mencionada nesse contexto, especialmente no fornecimento de produtos para a merenda escolar e para programas de aquisição de alimentos destinados a diferentes instituições públicas.

Lei geral e avanços

O executivo também ressaltou que 2026 marca os 20 anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, instituída pela Lei Complementar nº 123/2006. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas completa duas décadas em 2026. A legislação estabeleceu condições mais favoráveis ao desenvolvimento desses empreendimentos, com medidas relacionadas ao acesso ao crédito, à inovação, às compras governamentais e à simplificação dos processos enfrentados pelos empresários. Segundo Togni, a legislação representou um avanço



O Sebrae está pronto para atender aos pequenos negócios. Não deixem de procurar para que vocês tenham condições de ter uma orientação mais fidedigna com o contexto do impacto dos tributos no seu negócio"

Augusto Togni, gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional

estrutural ao estabelecer critérios de enquadramento por porte e incorporar medidas de incentivo ao desenvolvimento dos pequenos negócios.

Entre os avanços associados à lei estão iniciativas de acesso ao crédito, estímulo à inovação, participação nas compras governamentais e simplificação dos processos enfrentados pelos empreendedores. A legislação também contribuiu para a criação do regime do MEI. O gerente observou, no entanto, que as políticas de apoio ao segmento continuam em transformação e precisam acompanhar as mudanças do ambiente econômico.

Estratégias para iniciar 2027 preparado

» RAPHAEL PATI
» LUIZA ALTOÉ
» RAFAELA BONFIM*

As mudanças propostas pela reforma tributária devem forçar as empresas a alterar estratégias e se prepararem para a nova tecnologia que promete agilizar a cobrança de impostos por meio de um sistema mais ágil e automático. E, para isso, o empresário deve ficar atento para não ser surpreendido com as novidades programadas para ocorrer já a partir de janeiro de 2027.

Houve ainda discussões sobre temas específicos da reforma tributária. Um dos pontos abordados foi a chegada do split payment, que prevê o recolhimento de imposto sobre as transações comerciais, exigindo adaptações das empresas. O desafio será adequar o planejamento mensal da companhia, principalmente daquelas que adotam um prazo para repassar os tributos, a fim de manter um fluxo de caixa. Em relação a esse assunto, Edgard Vicente Fernandes Júnior, analista de Competitividade do Sebrae Nacional, disse um dos principais desafios com a transição implica se programar para as mudanças.

“A questão do fluxo de caixa, nós sabemos que hoje qualquer emergência que aconteça na empresa, o empresário vai postergar o pagamento

do imposto. É a última coisa. E agora, ocorrendo isso sem o split payment, o que nós vamos ter? A exposição da empresa ante seus clientes, porque os clientes vão saber que aquela empresa não está pagando seus impostos em dia, não gera crédito e esse cliente vai preferir comprar de outro fornecedor”, avaliou.

Ele ainda destacou que, apesar da possibilidade de o split payment reduzir o giro do fluxo de caixa, o fato de os novos impostos serem destacados por fora do preço do produto ou serviço dele, faz com que seja mais fácil o empresário trabalhar apenas com o valor do produto/serviço dele. “É uma questão de educação, porque não adianta: se a empresa recebe o valor dos impostos e recolher nos meses seguintes como é hoje, é só uma questão de giro e conciliação. Em dois, três meses, isso já está equacionado e não vai ser um problema tão grande”, disse.

A respeito da indefinição sobre a alíquota do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) dual proposta na reforma, o economista Rafael Moreira, assessor da Diretoria Técnica do Sebrae Nacional, afirmou que, apesar de não haver expectativa de aumento da carga tributária, as projeções que indicam que o Brasil pode continuar com a maior taxa de IVA do mundo.

Carlos Vieira CB/DA Press



Debatedores reconhecem que Brasil continuará cobrando muito imposto se comparado com outros países

“De fato, o Brasil paga muito imposto comparado a outros países de renda similar. A nova forma de cobrar imposto será mais clara e óbvia, já que há um monte de imposto embutido que foi pago ao longo da cadeia sem a pessoa saber. O que vai acontecer agora é que isso vai estar explícito. Para a empresa, é interessante

porque ela só vai pagar essa alíquota sobre o valor adicionado que ela coloca sobre o bem ou serviço que ela provê”, afirmou.

Alíquota e exceções

Outro ponto que preocupa, segundo o especialista, foi

a quantidade de exceções obtidas por diferentes setores. Essas mudanças ao longo da definição da reforma tributária dificultou uma carga total efetivamente reduzida. “Optou-se por zerar a alíquota sobre cesta básica, reduzir a alíquota sobre restaurantes e bares, remédios. Escolhas feitas

pelo Congresso ocorreram para dar tratamento diferenciado para alguns setores”, observou.

Para o advogado Pedro Júlio Sales D'Araújo, especialista em direito tributário e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), a reforma busca dar mais racionalidade a um sistema marcado pela fragmentação dos tributos e pela dificuldade de identificar o valor real pago em impostos.

Segundo o especialista, o país já possui uma tributação elevada sobre o consumo, e a reforma não deve ser analisada apenas pela previsão de uma alíquota alta. “Se eu tiver uma carga tributária sobre o consumo alta, consequentemente a alíquota vai ser alta”, afirmou D'Araújo.

Na avaliação do professor, a transparência é um dos principais objetivos a serem observados na implementação da reforma. Atualmente, afirmou, a distribuição dos impostos entre diferentes esferas de governo dificulta a compreensão do peso da tributação sobre os preços, o que contribui para que parte dos consumidores não perceba quanto paga indiretamente ao adquirir produtos e serviços.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel